

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 1053597, resolve:

Nº 2.376 - exonerar na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, KARLUS HEDUARDO MARTINS COSTA DE ARAUJO, matrícula nº 341530, do cargo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-09, do órgão COMDIR/SGSUPL - Gabinete do Segundo Suplente de Secretário.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 1053737, resolve:

Nº 2.377 - exonerar na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, ULISSES CORREIA LEAL NETO, matrícula nº 384243, do cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do órgão GABSEN/GSENOGUE - Gabinete da Senadora Eliane Nogueira.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 1053756, resolve:

Nº 2.378 - exonerar na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, DIONNE ARTHURO CARVALHO BRITO, matrícula nº 383068, do cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do órgão GABSEN/GSENOGUE - Gabinete da Senadora Eliane Nogueira.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 1053758, resolve:

Nº 2.379 - exonerar na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, RAFAEL TIAGO DOS REIS, matrícula nº 381485, do cargo, em comissão, de SECRETÁRIO PARLAMENTAR, SF01, do órgão GABSEN/GSENOGUE - Gabinete da Senadora Eliane Nogueira.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 1053760, resolve:

Nº 2.380 - exonerar na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, ALLISSON PAIXÃO SILVA, matrícula nº 319809, do cargo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR PLENO, AP-07, do órgão GABSEN/GSENOGUE - Gabinete da Senadora Eliane Nogueira.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 1053761, resolve:

Nº 2.381 - exonerar na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, BÁRBARA INGRID ALMEIDA MARREIROS LÔPO, matrícula nº 339596, do cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR SÊNIOR, AP-04, do órgão GABSEN/GSENOGUE - Gabinete da Senadora Eliane Nogueira.

ILANA TROMBKA

DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 2.329, DE 26 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES EM EXERCÍCIO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso III, do Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, combinado com a Resolução nº 13, de 2018, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.013167/2022-06, resolve:

fundamentado nos arts. 23 e 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como nos arts. 16, inciso I, e 77, §2º, inciso V, alínea "c", da Lei nº 8.213/1991, c/c art. 1º, inciso VI, da Portaria ME nº 424/2020, conceder pensão em caráter vitalício a ANDRÉA SAYÃO LOBATO E FARIAS PINTO, na condição de companheira, em valor equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo ex-servidor acrescida de uma cota de 10% (dez por cento) por dependente, totalizando 60% (sessenta por cento) dos proventos do ex-servidor aposentado ARNOLDO VELLOSO DA COSTA, mat. 16370, a partir da data do óbito, 04/07/2022.

MATHEUS MATOSO DE OLIVEIRA

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 681, DE 25 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e na Portaria TSE nº 288, de 8 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam designados para substituir a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Nível CJ-2, da Secretaria de Administração, da Secretaria do Tribunal, nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares:

I - Adriano Lima de Sousa, do quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, ora cedido a este Tribunal, como 1º substituto; e

II - Thales de Jesus Hatem, Técnico Judiciário, Área Administrativa, como 2º substituto.

Art. 2º Revogar o art. 2º da Portaria TSE nº 527, de 16 de agosto de 2021, publicada no DJE, no dia 19 subsequente, página 178.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 682, DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL com base no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, e considerando o contido no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000007240-6, resolve:

Declarar vago, a partir de 12 de julho de 2022, o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 13.250, de 13 de janeiro de 2016, ocupado por Alessandro Cocchieri Leite Chaves, em decorrência de posse em outro cargo público inacumulável.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA

PORTARIA Nº 509, DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Anexo da Instrução Normativa STJ/GP n. 13 de 14 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Designar KEILA SOARES DE ARAÚJO LOPES, matrícula S026977, para a função de confiança de Assistente II, código FC-2, da Coordenadoria de Administração e Finanças, da Secretaria Executiva, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, na vaga decorrente da dispensa de Marcia Amélia do Egyto Costa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 510, DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 17.2, XI, b, do Anexo da Instrução Normativa STJ/GP n. 13 de 14 de junho de 2021 e no disposto no caput do art. 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar KEILA SOARES DE ARAÚJO LOPES, matrícula S026977, para substituir o Chefe da Seção de Acompanhamento da Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira, código FC-6, da Coordenadoria de Administração e Finanças, da Secretaria Executiva, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância da função de confiança.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO CAVALCANTE

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 422-CJF, DE 28 DE JULHO DE 2022

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Resolução n. CJF-RES-2019/00586, de 30 de setembro de 2019, e tendo em vista a indicação do Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ad referendum, resolve:

Art. 1º Designar, até 16 de maio de 2023, a Juíza Federal LÍLIAN OLIVEIRA DA COSTA TOURINHO, da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia, membro suplente, para compor a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, na qualidade de membro efetivo, em substituição ao Juiz Federal DAVID WILSON DE ABREU PARDO, conforme dispõe o art. 5º do Regimento Interno da TNU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO JORGE MUSSI

Presidente

Em exercício

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 421-CJF, DE 28 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso da atribuição conferida pelo art. 1º, inciso XXIII, da Portaria n. 407-CJF, de 5 de agosto de 2021, e tendo em vista o que consta no Processo n. 0002468-71.2022.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 27 de julho de 2022, o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Conselho, ocupado pela servidora LARISSA XAVIER ROCHA, matrícula n. 1004, em decorrência de sua posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 33, VIII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c o art. 61, II, da Resolução CJF n. 3, de 10 de março de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 418, DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso da atribuição conferida pelo art. 1º, inciso XX, da Portaria CJF n. 421, de 17 de agosto de 2021, e tendo em vista o que consta no Processo n. 0006498-24.2019.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Designar ANTÔNIO HUMBERTO MACHADO DE SOUSA BRITO, matrícula n. 388, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Chefe de Assessoria "A", código CJ-3, da Assessoria Jurídica, da Secretaria-Geral, nos impedimentos e afastamentos do titular e na vacância do respectivo cargo.

Art. 2º Revogar a designação de substituição de MANOEL MAIA JOVITA, matrícula n. 844, objeto da Portaria CJF n. 485, de 7 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 subsequente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOELMIR PEREIRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 419, DE 27 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso da atribuição conferida pelo art. 1º, inciso XX, da Portaria CJF n. 421, de 17 de agosto de 2021, e tendo em vista o que consta no Processo n. 0002429-65.2022.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Designar MANOEL MAIA JOVITA, matrícula n. 844, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete "B", código CJ-2, do Gabinete da Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento, da Secretaria-Geral, nos impedimentos e afastamentos do titular e na vacância do respectivo cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOELMIR PEREIRA DE SOUZA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 464, DE 28 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a Portaria nº 850, de 27 de julho de 2022, do Ministério das Relações Exteriores, resolve:

Nomear o Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata ACIR PIMENTA MADEIRA FILHO, requisitado do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe de Relações Internacionais, Nível CJ-3.

Min. EMMANOEL PEREIRA

